

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 059/2021
REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.034/2021

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º. 13.606.702/0001-65, com sede na Rua Rui Barbosa, 10 - Centro - Água Fria - Bahia, representado pelo Sr. Renan Araújo Barros, Prefeito Municipal, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, **SMART SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob n.º. 23.685.734/0001-57**, através do seu representante legal Cesar Marinho Alves Gomes, denominada **CONTRATADA**, observada o Processo Administrativo nº 02.034/2021, Pregão Eletrônico nº. 001/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o gerenciamento de fornecimento de combustíveis, pela **CONTRATADA**, para o **CONTRATANTE**, nos termos deste contrato, do Edital e da Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**.

Parágrafo único. É vedada, sem a prévia autorização do **CONTRATANTE**, a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

2.1. - O prazo para execução do contrato, a ser celebrado, terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado até o limite máximo de **60 (sessenta) meses**, observado o que estabelece o artigo 57, da Lei nº 8.666/93, e o interesse da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor estimado deste Contrato é de **R\$ 1.853.725,50 (Hum milhão, oitocentos e cinquenta e três mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)**, conforme planilha Anexa.

Parágrafo único. Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA**, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

4.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

Dotação Orçamentária: GABINETE

Unidade Orçamentária: 2000 - Gabinete do Prefeito

Atividade / Projeto: 2002 – Cordenação Da Representação Política e Institucional

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 0100



Dotação Orçamentária: ADM
Unidade Orçamentária: 3000 – Secretaria de Administração de Finanças
Atividade / Projeto: 2004 – Cordenação Administrativa e Financeira do Município
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 0100

Dotação Orçamentária: OBRAS
Unidade Orçamentária: 4000 – Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Atividade / Projeto: 1001 – Construção, implantação, requalificação de equipamentos da infraestrutura, mobilidade, bens urbanos comuns e próprios
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 0100

Dotação Orçamentária: OBRAS
Unidade Orçamentária: 4000 – Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Atividade / Projeto: 1001 – Construção, implantação, requalificação de equipamentos da infraestrutura, mobilidade, bens urbanos comuns e próprios
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 9242

Dotação Orçamentária: OBRAS
Unidade Orçamentária: 4000 – Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Atividade / Projeto: 1002 – Recuperação e conservação das estradas vicinais
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 0100

Dotação Orçamentária: OBRAS
Unidade Orçamentária: 4000 – Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Atividade / Projeto: 1002 – Recuperação e conservação das estradas vicinais
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 9242

Dotação Orçamentária: AGRICULTURA
Unidade Orçamentária: 8000 – Secretaria de Des. Econômico, Agricultura e Meio Ambiente
Atividade / Projeto: 2034 – Desenvolvimento e manutenção das Ações da Secretaria
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 0100

Dotação Orçamentária: SAÚDE
Unidade Orçamentária: 6000 – Secretaria Municipal da Saúde
Atividade / Projeto: 2019 – FMS – Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 6102

Dotação Orçamentária: SAÚDE
Unidade Orçamentária: 6000 – Secretaria Municipal da Saúde
Atividade / Projeto: 2019 – FMS – Fundo Municipal de Saúde



Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 9214

Dotação Orçamentária: SAÚDE

Unidade Orçamentária: 6000 – Secretaria Municipal da Saúde

Atividade / Projeto: 2020 – Ações da Atenção Básica

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 6102

Dotação Orçamentária: SAÚDE

Unidade Orçamentária: 6000 – Secretaria Municipal da Saúde

Atividade / Projeto: 2020 – Ações da Atenção Básica

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 9214

Dotação Orçamentária: SAÚDE

Unidade Orçamentária: 6000 – Secretaria Municipal da Saúde

Atividade / Projeto: 2020 – Manutenção das Ações do Hospital Maternidade Luiz Eduardo

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 9214

Dotação Orçamentária: SAÚDE

Unidade Orçamentária: 6000 – Secretaria Municipal da Saúde

Atividade / Projeto: 2035 – FMS - SAMU

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 6102

Dotação Orçamentária: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 7000 – Secretaria de Assistência Social

Atividade / Projeto: 2026 – FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 0100

Dotação Orçamentária: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 7000 – Secretaria de Assistência Social

Atividade / Projeto: 2030 – FMAS – Ações Bloco IGBF

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 9229

Dotação Orçamentária: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 7000 – Secretaria de Assistência Social

Atividade / Projeto: 2036 – Gerenciamento das Ações de Proteção Social Básica

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo

Fonte: 9228

Dotação Orçamentária: EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 5000 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura

Atividade / Projeto: 2012 – Coordenação das Ações Funcionais do Sistema Educação Municipal

Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 7101

Dotação Orçamentária: EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade Orçamentária: 5000 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura
Atividade / Projeto: 2012– Coordenação das Ações Funcionais do Sistema Educação Municipal
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 9204

Dotação Orçamentária: EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade Orçamentária: 5000 – Secretaria Municipal da Educação e Cultura
Atividade / Projeto: 2012– Coordenação das Ações Funcionais do Sistema Educação Municipal
Elemento de Despesa: 3390.3000 – Material de Consumo
Fonte: 9215

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. Os faturamento serão realizados pela CONTRATADA a cada período de 07 (sete) dias, sendo os pagamentos efetuados em até 05 (cinco) dias após a apresentação e aceite das faturas, mediante conferência das quantidades solicitadas pelo CONTRATANTE;

5.2 A CONTRATADA emitirá uma Nota Fiscal mensal, referente a prestação dos serviços e dos abastecimentos, que apresentará o valor consolidado dos gastos realizados pela frota no período, com os descontos (se houver) e a respectiva taxa de administração (se houver).

5.3. Os valores a serem efetivamente pagos serão:

a) Referentes aos combustíveis: O preço de mercado à vista do posto/local de abastecimento, até o limite do preço máximo publicada pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, no site www.anp.gov.br, no mês da demanda, para o estado em que se encontre o veículo, deduzido o percentual de desconto ofertado;

b) Referentes à taxa de administração: a taxa percentual incidente sobre os valores das faturas de fornecimento de combustíveis.

5.4 Para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento de Tesouraria do CONTRATATE, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Água Fria/BA e conter o número do empenho correspondente.

5.3 Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados todas as certidões de regularidade fiscal exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – CRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termos Aditivos, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o Parágrafo Primeiro e Segundo, do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



6.2. O valor da taxa de administração e do percentual de desconto aplicadas aos combustíveis propostos serão fixos e irrevogáveis

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar fielmente os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se por sua qualidade e correção, nos termos do Anexo I deste instrumento;
- b) responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na execução deste Contrato, responsabilidade esta que não se exclui nem reduz em decorrência da fiscalização ou acompanhamento exercido pelo CONTRATANTE;
- c) manter-se, durante o prazo de execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, preservando todas as condições de contratação exigidas, cabendo ao CONTRATANTE o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação destas condições;
- d) cumprir, rigorosamente, as exigências da legislação tributária, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelo ônus resultante das infrações cometidas;
- e) respeitar as normas de segurança do trabalho vigentes nas dependências do CONTRATANTE, das quais declara ter pleno conhecimento, sendo de sua inteira responsabilidade quaisquer acidentes ocorridos nestas dependências, causados por negligência, imprudência ou imperícia pelo não cumprimento das normas de segurança ou mau uso de equipamentos por parte de seus profissionais;
- f) participar sempre que necessário, de reuniões com o CONTRATANTE, em razão dos serviços ou de melhor gerenciamento deste Contrato;
- g) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás perante as repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive efetuando, pontualmente, o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades;
- h) manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente dos serviços objetos deste Contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
- i) responder por erros motivados pela inobservância deste Contrato, leis, regulamentos, e normas em geral, de qualquer âmbito, aplicáveis ao objeto contratado;
- j) não subcontratar, sequer parcialmente, os serviços que lhe foram adjudicados, salvo se expressamente autorizado, por escrito, pelo CONTRATANTE;
- k) comprovar, sempre que solicitado, o cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento, sob pena de ser susado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas, até o cumprimento desta obrigação e da eventual regularização das pendências existentes;
- l) indicar, quando da assinatura deste Contrato, Preposto que efetivamente se responsabilizará pela execução dos serviços objeto deste instrumento e representará a CONTRATADA, em todos os atos junto ao CONTRATANTE;



m) respeitar todas as normas e regulamentos aplicáveis a Contratos desta natureza, das quais declara ter pleno conhecimento;

n) realizar o pagamento aos postos revendedores credenciados do sistema, no prazo máximo de 03 (três) dias, após o recebimento do pagamento da fatura pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) designar gestor e fiscal para os contatos e processo de acompanhamento das ações da CONTRATADA;

10.1. Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato:

b) verificar e aceitar os serviços prestados pela CONTRATADA, recusando-os quando inexatos;

c) prestar, verbalmente ou por escrito, à CONTRATADA, informações que visem a esclarecer ou a orientar a correta prestação dos serviços;

d) efetuar todos os pagamentos oriundos da execução dos serviços objeto do presente instrumento procedendo às retenções e descontos previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;

c) dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

g) ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

h) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato. 10.2. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

10.3. O acompanhamento e fiscalização do Contrato será realizada pela servidora a Srt. Estela Maria da Silva Oliveira.

10.4. O recebimento do objeto licitado e afinal contratado será procedido com observância e disposição do artigo 73, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES E RESCISÃO

11.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- a. Apresentar documentação falsa;
- b. Fraudar a execução do contrato;
- c. Comportar-se de modo inidôneo;
- d. Cometer fraude fiscal; ou
- e. Fizer declaração falsa.

11.1.1. Para os fins do item “c”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.1.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de **retardamento**, de **falha na execução do contrato**, **inexecução parcial** ou de **inexecução total do objeto**, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “11.8”, “11.11”, “11.13”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes sanções:

11.2. Advertência;

11.3, **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de Agua Fria), por prazo não superior a dois anos;

11.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

11.5. **Impedimento** de licitar e contratar com o Município de Agua Fria, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

11.6. Configurar-se-á a inexecução total do objeto, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

11.6.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

11.6.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados.



11.7. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

11.8. Configurar-se-á a falha na execução do contrato (inexecução parcial), entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

11.8.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 20 (vinte) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

11.8.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 5 (cinco) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados;

11.9. Se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 11, respeitada ao CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- a. Apresentar documentação falsa;
- b. Fraudar a execução do contrato;
- c. Comportar-se de modo inidôneo;
- d. Cometer fraude fiscal; ou
- e. Fizer declaração falsa.

11.1.1. Para os fins do item “c”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

11.1.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “11.8”, “11.11”, “11.13”, e nas tabelas 1 e 2 abaixo, com as seguintes sanções:

11.2. Advertência;

11.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de Agua Fria), por prazo não superior a dois anos;

11.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

11.5. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Agua Fria, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.



11.6. Configurar-se-á a inexecução total do objeto, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

11.6.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

11.6.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados.

11.7. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

11.8. Configurar-se-á a falha na execução do contrato (inexecução parcial), entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

11.8.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 20 (vinte) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

11.8.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 5 (cinco) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados;

11.9. Se enquadrar em qualquer das situações previstas na tabela 2 do item 11, respeitada a

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA % do valor anual do contrato
1	0,5%
2	1%
3	2%
4	3%
5	4%
6	5%

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	5	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência

5	Cobrar preços unitários maiores que o preço unitário à vista do posto credenciado, no momento do abastecimento, ou maiores que o preço máximo estabelecido pela ANP para a Unidade Federativa e o período em questão.	4	Por ocorrência
6	Autorizar abastecimento por veículo ou usuário não cadastrado no sistema da CONTRATANTE.	6	Por ocorrência
7	Recusar se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
9	Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados mensalmente.	2	Por semana de atraso
10	Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios.	3	Por serviço
11	Dar o treinamento necessário para a utilização do sistema conforme as condições indicadas no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos vinculado ao contrato.	4	Por semana
12	Cumprir os prazos estabelecidos no contrato.	5	Por item descumprido
13	Atender as demandas do município posteriormente no contrato, conforme os critérios estabelecidos para a contratação em até 30 dias, contados da solicitação da CONTRATANTE.	4	Por dia de atraso
14	Atualizar o sistema e disponibilizar os relatórios descritos no Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos vinculado a este contrato.	6	Por dia de atraso
15	Efetuar os registros de abastecimento constando todos os dados solicitados no Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos vinculado ao contrato.	3	Por registro
16	Enviar relatórios dos abastecimentos realizados semanalmente, constando, por estado, os dados dos veículos abastecidos conforme os padrões de relatório constantes no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos vinculado ao contrato.	5	Por semana de atraso
17	Cadastrar veículo e fornecer o cartão no prazo estabelecido no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos vinculado ao contrato	4	Por veículo e por cartão
18	Fornecer segunda via de cartões solicitados pela CONTRATANTE.	2	Por cartão
19	Alterar dados cadastrais de veículos e usuários conforme solicitado pela CONTRATANTE.	1	Por dia de atraso
20	Cadastrar novos usuários no sistema nos prazos definidos no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos vinculado ao contrato	4	Por usuário
21	Apresentar relação de sua rede credenciada nos prazos definidos no Edital do Pregão Eletrônico n.º e seus Anexos vinculado ao contrato.	2	Por dia de atraso
22	Solucionar os problemas técnicos no sistema nos	2	Por dia de atraso

	prazos definidos no Edital do Pregão Eletrônico n.º e seus Anexos vinculado ao contrato.		
23	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
24	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	2	Por ocorrência
25	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula nona do contrato.	1	Por ocorrência e por dia
26	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso, etc.).	6	Por ocorrência
27	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
28	Cumprir quaisquer dos itens do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos vinculado ao contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência

11.15. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

11.16. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

11.17. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

11.18. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.19. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

11.20. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Não será necessária a prestação de garantia para realização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

13.1. Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção"), e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores, diretores, empregados, colaboradores, agentes, consultores, prestadores de serviços, subempreiteiros, outorgados ou subcontratados em geral, bem como prepostos que venham a agir em seu respectivo nome. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que mantém políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Leis Anticorrupção, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das suas políticas e procedimentos internos, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- a) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor, gratificação, comissão, recompensa ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou, ainda, quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b) abster-se de financiar, custear, patrocinar, ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos que atentem contra Lei nº 12.846/2013, assim como abster-se de utilizar de terceira pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- c) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, empregados, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- d) notificar imediatamente a outra Parte caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas.

Parágrafo único. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão unilateral deste Contrato de pleno direito e por justa causa, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE USO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As Partes se obrigam, mutuamente, por si e por seus colaboradores, sempre que aplicável, a cumprirem a legislação nacional vigente, em especial, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709, de 14/08/2018, que dispõe sobre o tratamento e proteção de dados de pessoas naturais, além das demais normas e políticas de proteção de dados eventualmente aplicáveis no âmbito deste instrumento.

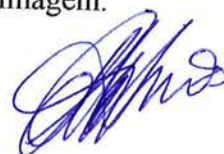
§1º Caberá ao **CONTRATANTE** (Parte Controladora), tomar as decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais transmitidos à **CONTRATADA** que, na condição de Operadora, realizará o tratamento dos dados pessoais, seguindo as instruções recebidas da Parte Controladora e garantindo a licitude e idoneidade no tratamento dos dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

§2º Para efetivo cumprimento do quanto previsto no parágrafo anterior, a Parte Operadora se obriga a:



- a) tratar quaisquer dados pessoais recebidos da Parte Controladora, que estejam direta ou indiretamente relacionados ao presente instrumento, nos exatos termos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados;
- b) na condição de Parte Operadora dos dados pessoais, deverá corrigir, completar, excluir e/ou bloquear os dados pessoais, caso seja solicitado pela Parte Controladora;
- c) adotar conduta ética e observar, por si e seus colaboradores a qualquer título, o cumprimento da legislação aplicável em razão dos possíveis tratamentos de dados pessoais no âmbito do presente instrumento;
- d) comunicar à Parte Controladora a necessidade de tratamento de dados pessoais e sensíveis em banco de dados em território nacional e/ou estrangeiro, requerendo à Parte Controladora autorização expressa da pessoa natural envolvida, por meio de Termo de Consentimento, quando exigido por lei;
- e) manter absoluto sigilo, escrito, verbal ou por qualquer outra forma, de todos os dados pessoais, informações e materiais obtidos no âmbito desse instrumento, por si e por quaisquer de seus colaboradores que venha a ter acesso em razão da execução do objeto deste instrumento, garantindo a privacidade dos dados pessoais e mantendo um rígido controle sobre os mesmos;
- f) não revelar, reproduzir, copiar, repassar, vender, alugar, comercializar, dar, doar, divulgar, distribuir, utilizar e/ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros ou em proveito próprio ou alheio, dados, informações e todos os materiais obtidos em decorrência da execução deste contrato;
- g) não utilizar os dados pessoais recebidos em razão, e para a execução do presente instrumento, em qualquer hipótese, com finalidade diversa da aqui prevista, salvo autorização expressa da Parte Controladora para tanto;
- h) atender às solicitações de informações, atualização e exclusão dos dados pessoais apresentadas pelo titular do dado, salvo, exigência legal em sentido diverso;
- i) não adotar qualquer medida com o fim de obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais relativos às informações e materiais obtidos a que tenha acesso;
- j) informar, imediatamente, à Parte Controladora, a ocorrência de incidente de segurança (vazamento de dados) e quais medidas foram adotadas para interromper o vazamento e conter sua disseminação, bem como medidas capazes de minimizar o impacto causado pelo incidente;
- k) não fornecer ou compartilhar dados pessoais de colaboradores, prestadores de serviços e terceiros vinculados à Parte Controladora, salvo se expressamente solicitado por esta, e apenas quando necessário à execução do objeto deste instrumento, ou para fins de atendimento de exigência legal;
- l) realizar o tratamento dos dados pessoais decorrentes do presente instrumento apenas para cumprimento da sua finalidade.

§3º A violação de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula ou na legislação vigente, referente pela CONTRATADA ou por seus colaboradores, ou terceiros a ela vinculados, caracterizará infração contratual com aplicação das penalidades previstas neste instrumento, sem prejuízo de ressarcimento de eventuais perdas e danos acarretados por prejuízo financeiro e/ou de imagem.



§4º Em caso de incidente de segurança, a Parte Operadora deverá notificar a Parte Controladora informando a ocorrência, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, e indicando as medidas que deverão ser adotadas para a reversão da situação no menor prazo possível. A CONTRATADA se obriga, ainda, a apresentar todas as informações para o acompanhamento das ações realizadas para correção da falha, fornecendo a documentação necessária para subsidiar possível defesa administrativa e/ou judicial em razão do referido incidente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

14.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Irará, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que sejam para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Água Fria/Bahia, 14 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA
RENAN ARAUJO BARROS
CONTRATANTE

23.685.734/0001-57
SMART SERVIÇOS LTDA
Av. João Durval Carneiro, 3665
SL. 915, São João - CEP.: 44.051-900
Feira de Santana - BA

SMART SERVIÇOS LTDA
CESAR MARINHO ALVES GOMES
CONTRATADA

Testemunhas:

1.



2.

